

**ENTRE DISCURSOS:** aproximações e distanciamentos entre a categoria discurso da Escola de Essex e da Análise do Discurso Francesa.

Luísa Bonetti Scirea<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um esboço de uma reflexão teórica que estabelece aproximações e distanciamentos acerca da concepção de “discurso” elaborados pela Escola de Essex e pela Análise de Discurso Francesa. Para fins deste artigo, as escolas e a análise das mesmas será focada em alguns autores(as) e obras de destaque em ambas escolas, tais como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985; 1993); e Michel Pêcheux (1996; 1999 ) e Eni Orlandi (2005; 2013).

O desenvolvimento da análise se iniciará a partir comparação dos respectivos contextos de emergência e filiações teóricas. Em seguida busca-se compreender especificamente como ambas teorias abordam a categoria Discurso - o que nos leva a retomar autores como Ferdinand de Saussure (2006), Ludwig Wittgenstein (2009) e Michel Foucault (1979; 1996) - e algumas das possíveis articulações teóricas possíveis entre estas abordagens.

É relevante destacar que as escolas, como veremos, possuem semelhanças em suas abordagens, sobretudo na forma como, dentro uma tradição específica (a Linguística em Michel Pêcheux e a Tradição de Pensamento Marxista em Laclau e Mouffe) ambas escolas questionam suas categorias mais essencialistas e funcionalistas em diálogo com outras teorias para fazer emergir algo novo. Apesar dessa possibilidade de pesquisa transdisciplinar que ambas escolas mobilizam, tanto a Análise do Discurso Francesa quanto a Teoria do Discurso da Escola de Essex são mais conhecidas no Brasil dentro áreas acadêmicas específicas das Ciências Humanas (Linguística e Ciências Sociais), sem muito diálogo entre si. Explorar possíveis aproximações e distanciamentos entre o conceito de discurso de

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

ambas escolas contribui para o diálogo e transdisciplinaridade dentro das Ciências Humanas e para a própria compreensão da proposta destas escolas.

## **2. DUAS FUNDAÇÕES: A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA E A ESCOLA DE ESSEX**

Nesta secção, busca-se retomar o contexto de emergência das duas escolas abordadas neste artigo, bem como retomar algumas discussões, autores e autoras que foram referência na fundação das mesmas.

### **2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA**

A Análise do Discurso Francesa (ADF) é uma teoria/método de pesquisa bastante utilizada no Brasil<sup>2</sup>. Ela foi divulgada no Brasil, principalmente, a partir da década de 1980 e tem em Eni Orlandi e Maria Rosário Gregolin algumas de suas principais referências.

A ADF surge no contexto francês dos anos 1960, o qual incluía as manifestações de Maio de 1968, uma época que colocou o ensino universitário francês no foco de discussão, contribuindo para os questionamentos acerca do estruturalismo acadêmico ainda em voga na França. Conforme afirma Maria do Rosário Gregolin (1995), foi durante os anos 1970 que a Análise do Discurso ganha mais força no meio acadêmico, apesar de ser ainda um campo de estudos em formação. Seu desenvolvimento dentro da linguística teria realizado uma passagem no foco da análise da mesma: passou-se da análise da “frase” para a análise do “texto”. Essa mudança de objeto teria questionado a distinção clássica da linguística baseada em Ferdinand de Saussure (2006), em que fala e língua se distinguiriam, sendo apenas a língua o objeto de análise do(a) linguista. É interessante notar que,

---

<sup>2</sup> A Análise do Discurso surgiu dentro do campo da linguística e possui diversas escolas, tais como a Francesa (tem como referência básica a obra de Michel Pêcheux) e a Crítica (Norman Fairclough é considerado seu fundador). As diferenças e semelhanças entre estas não serão exploradas neste artigo, que se limitará, especificamente, em comparar a escola de Análise do Discurso Francesa com a Teoria do Discurso da Escola de Essex.

se Análise do Discurso Francesa emerge a partir da Linguística, na medida em que a questiona e mobiliza saberes de outros campos disciplinares, se diferencia dela.

Michel Pêcheux, filósofo e linguista francês, considerado fundador da ADF, possuía uma formação interdisciplinar: formado em Filosofia pela Escola Normal Superior de Paris em 1963, Pêcheux leciona filosofia até entrar, em 1966, para o laboratório de Psicologia no Centre National de la Recherche (CNRS). No CNRS, Segundo Eni Orlandi (2005), “Partindo de referências de G. Canguilhem e L. Althusser, Pêcheux reflete sobre a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico. Seu objetivo é transformar a prática das Ciências Sociais.” (ORLANDI, 2005, p.10). Mas como ele faria isso?

Partindo da epistemologia de Bachelard, Pêcheux questiona a forma como as Ciências Humanas produziam conhecimento, considerando que as mesmas não haviam realizado a ruptura epistemológica que diferenciaria a ciência da ideologia. Seu objetivo era, através da Análise do Discurso, produzir uma Ciência Humana não ideológica, o que indicaria que o discurso não poderia ser apenas um objeto empírico, mas ele transformaria a definição do objeto e as ferramentas das Ciências Humanas.

[...] a Análise de Discurso que ele [Pêcheux] propõe levanta questões para a Linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui, e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais questionando a transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam. (ORLANDI, 2005, p. 10 – grifo meu)

Diferentemente da Linguística mais tradicional, a Análise do Discurso não aborda a língua (sistema de signos) ou a gramática (sistema de regras formais), mas dirige-se às pessoas falando, ao discurso, à língua fazendo sentido.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2013, p.15)

Pêchex coloca em questão os pontos de encontro do político com o simbólico nas Ciências Sociais e assim também a produção do sentido, “[...] que é o ponto nodal na qual a Linguística intersecta a Filosofia e as Ciências Sociais, Pêcheux reorganiza esse campo de conhecimento.” (ORLANDI, 2005,p.10).

A Análise do Discurso Francesa, segundo Orlandi (2013), concebe que “[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia.” (p. 17) Mas se

[...] Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. (ORLANDI, 2013, p. 20)

O conceito de ideologia como aqui concebido é uma formulação discursiva da mesma elaborada por Michel Pêcheux (1996) que tem origem na formulação de Louis Althusser. Para Pêcheux, a ideologia é o que possibilita a conversão do indivíduo em sujeito. Este sujeito, tal como apresentado por Pêcheux (1996) em diálogo com a Psicanálise de Lacan, seria um sujeito descentrado.

O papel de sintoma que discerne na operação de um certo tipo de chiste (onde o que está subentendido, em última instância, é a *identidade* de um sujeito, uma coisa ou acontecimento), com respeito à questão da interpelação – identificação ideológica, leva-me a afirmar, em relação a esse sintoma, a existência de um *processo do significante na interpelação – identificação*. Deixem-me explicar: não se trata, aqui, de evocar o “papel da linguagem” em geral ou o “poder das palavras”, deixando em dúvida se o que invoca é o *signo, que designa algo para alguém*, como diz Lacan, ou o *significante, isto é, aquilo que representa o sujeito para outro significante* (Lacan, mais uma vez). Está claro que, para meu propósito, a segunda hipótese é correta, pois ela trata do *sujeito como processo (de representação) dentro do não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido de Lacan: o sujeito é “captado” nessa rede – “substantivos comuns” e “nomes próprios”, efeitos “deslizantes”, construções sintáticas etc. – de tal sorte que resulta como “causa de si mesmo”, no sentido espinozista da expressão.* (PÊCHEUX, 1996, p.150- 151 – grifo do autor)

Se a Análise de Conteúdo se pergunta qual o sentido do texto, a Análise do Discurso se pergunta como um texto produz sentidos. Assim, segundo Orlandi (2013), as concepções básicas da Análise de Discurso Francesa seriam

a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 2013, p.19-20)

## 2.2A TEORIA DO DISCURSO DA ESCOLA DE ESSEX

A Teoria do Discurso da Escola de Essex tem como marco fundador o livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2006) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe,

lançado na Inglaterra em 1985. O livro traz uma série de críticas à tradição marxista ao mesmo tempo em que, a partir dela, dialoga com autores e questões mobilizadas fora desta tradição, se inscrevendo dentro do espectro do Pós-Marxismo. Este termo é aceito por Laclau e Mouffe (2006) como interpretação de sua obra na medida em que é entendido como “[...] processo de reapropriação de una tradición intelectual, como de ir más allá de esta última.” (p.10)

O contexto de emergência da Teoria do Discurso da Escola de Essex, tal como o próprio livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2006) aborda, se remete à crise da tradição marxista que vinha das dificuldades desta tradição conseguir abarcar as diferentes pluralidades de lutas sociais, do declínio da tradição estruturalista no pensamento europeu, além da derrocada do “socialismo real”. Nas palavras de Joanildo Burity (1997),

A despeito de todo o esforço de correntes políticas e intelectuais para ‘renovar’ o marxismo ou desatrelá-lo da ortodoxia de matriz terceiro-internacionalista, nada se comparou, diante dos eventos de fins dos anos 80 e início dos 90, à sismografia da “queda do muro”, ao retalhamento da “cortina”. Ante a fissura que se abriu sob o chão, até mesmo os mais ousados dos revisionistas foram apresentados como empedernidos conservadores. (BURITY, 1997, p.02)

Para alguns teóricos e analistas, esta crise era a prova contundente de derrocada e morte desta tradição, que não mais responderia às perguntas da sua época. No livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2006), Laclau e Mouffe dialogam com a crise marxista, afirmando que o que estaria em crise seria

[...] toda uma concepción del socialismo fundada en la centralidade ontológica de la classe obrera, en la afirmación de la Revolución como momento fundacional en el tránsito de un tipo de sociedade a outra, y en ilusión de la possibilidade de una voluntad colectiva perfectamente una y homogénea que tornaria inútil el momento de la política. (LACLAU; MOUFFE, 2006, p.26)

Para Laclau e Mouffe (2006), esta crise, contudo não é um fenômeno recente (da década de 1980), mas era algo que se inscrevia na tradição marxista desde a Segunda Internacional, quando pensadores e pensadora marxistas como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Georgi Plejánov e Georges Sorel discutem e buscam soluções a partir do descompasso apresentado entre a teoria de marxista e os rumos da história: se as previsões de Karl Marx sobre a concentração do capital se realizavam, a estrutura social, contudo, não se simplificava, não ocorrendo a construção de uma classe operária unificada, criando-se, ao invés, uma infinidade de grupos complexos.

A partir dessa questão, os intelectuais da Segunda Internacional tiveram diferentes posições, sendo estas sintetizadas por Laclau e Mouffe (2006) como basicamente três: a ortodoxa (as tendências observáveis que se contrapõem à teoria marxista são provisórias – Kautsky e Plejánov); a revisionista (onde se problematiza o corporativismo de classe e se aponta a autonomia do político sobre o econômico - Bernstein); e a revolucionária (crítica a predestinação histórica e ao economicismo, apontando-se uma noção da lógica de contingência, a qual implicaria que a identidade dos agentes sociais se torna indeterminada, dependendo do processo de luta realizado praticamente - Sorel).

É a partir da análise de como essas diversas posições teóricas dentro da tradição marxista respondiam à questão da crise entre o desenvolvimento histórico e a teoria marxista - focando especificamente na concepção de Classe Social (a forma de sua constituição, suas tarefas históricas) e do surgimento e desenvolvimento do conceito de Hegemonia no contexto da socialdemocracia russa como tentativa de resposta a essa crise - que Laclau e Mouffe (2006) realizam uma “genealogia”, tal como conceituada por Michel Foucault (1979) na medida em que “[...]reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser.” (FOUCAULT, 1979, p. 27), que faça “[...] ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo.” (FOUCAULT, 1979, p. 28). Ou, nas palavras de Burity (1997):

Diante de um presente com o qual as respostas clássicas da tradição estão em visível e inconciliável descompasso, a reativação do impulso original daquela dependerá de uma **genealogia** dos núcleos de ambiguidade os quais tanto representam respostas como evidenciam sua injustificada pretensão de necessidade histórica ou consequência natural dos imperativos tradicionais. (BURITY, 1997, p.03 – grifo do autor)

A realização da genealogia do conceito de Hegemonia por Laclau e Mouffe (2006)

[...] desconstrói a evidência e a naturalidade com que esses núcleos [de ambiguidade] hoje se apresentam e permite que se encontre as margens de manobra, o espaço de jogo no interior da própria tradição, no seu percurso, para pensar sua possibilidade hoje.” (BURITY, 1997, p.03, grifo nosso)

É interessante notar como Laclau (2014), ao mencionar como se construiu sua teoria, se vincula também a Edmund Husserl. A distinção entre as ideias “sedimentadas” e “reativadas” proposta por Husserl foi reapropriada por Laclau de

modo a transformar o sujeito transcendental que a reativação (ao modo de Husserl) proporcionava em uma “instância radical de contingência” (LACLAU, 2014, p.14). Este seria, para Laclau (2014), “o método analítico” seguido por ele, o qual não deixa de se aproximar, como visto acima, ao método genealógico de Foucault.

Quando surgiu na socialdemocracia russa, o conceito de Hegemonia estava vinculado à ideia de uma classe social, no caso a operária, assumir tarefas estruturais que, no “rumo normal” da história de acordo como vista pela teoria marxista, não lhe diriam respeito, no caso russo, a revolução burguesa.

En los escritos de Plejánov y Axelrod, el término de “hegemonia” es introducido para describir el proceso por el cual la impotencia de la burguesía rusa para llevar a cabo las que hubieran sido sus tareas “normales” de lucha por la libertad política obligava a la clase obrera a intervenir decisivamente en la realización de las mismas. (LACLAU; MOUFFE, 2006, p. 80)

Laclau e Mouffe (2006) mostram como o conceito de Hegemonia, a partir da sua origem na socialdemocracia russa, foi sendo modificado e repensado por diferentes autores dentro da tradição marxista, sendo Antônio Gramsci considerado o autor fundamental para a formulação do conceito de Hegemonia que é retomado pela Teoria do Discurso e Teoria da Hegemonia de Laclau e Mouffe. Para Gramsci, hegemonia se vincula a ideia de uma liderança “[...] ‘intelectual e moral’ [...] que exige um certo ‘consenso’ em torno de ‘ideias’ e ‘valores’ que atravessam posições de classe, produzindo uma nova vontade coletiva.” (BURITY, 1997, p.11)

Desde o lançamento de *Hegemonia e Estratégia Socialista* em 1985, a crítica e proposição teórica de Laclau e Mouffe (2006) se tornaram foco de um debate dentro da tradição marxista. Segundo Laclau e Mouffe (2006), esse debate gira em torno da crítica ao essencialismo filosófico; o reconhecimento da linguagem como central para as análises sociais; e, como consequência das afirmações anteriores, a crítica à categoria “sujeito”.

No Prefácio de “*Lo Fundamentos Retóricos de la Sociedad*”, Laclau (2014), faz uma retomada de sua trajetória acadêmica e política e menciona outros autores além da Husserl e Gramsci que também lhe teriam influenciado. Entre eles estariam Louis Althusser, com a ideia de sobredeterminação; Roland Barthes com a ideia de que as categorias linguísticas poderiam ser estendidas ao social; Jacques Derrida e a noção de desconstrução; Ludwig Wittgenstein com a crítica à separação

palavras/ações; e Jacques Lacan com o objeto a constituinte a sobre da relação do sujeito com o Outro.

A partir de *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2006) Laclau e Mouffe repensaram a tradição marxista e desenvolveram sua teoria do discurso, sua teoria da hegemonia, apresentando conceitos de articulação, sujeito, cadeia de equivalência, significante flutuante, hegemonia, discurso. Segundo Burity (2008), “[...] a pretensão de Laclau é de, a longo prazo, construir uma teoria (geral) da política ou, talvez, mais precisamente, uma concepção da política como ontologia do social.” (p.35) Toda essa construção teórica se inicia a partir da constatação do social enquanto discursivo, ou seja, a partir crítica pós-estruturalista ao signo linguístico da Linguística Saussuriana e a definição de Discurso.

### **3. ACERCA DO CONCEITO DE DISCURSO**

A partir da exposição realizada anteriormente, busca-se agora compreender como a noção de discurso é mobilizada pela Análise do Discurso Francesa e pela Teoria do Discurso da Escola de Essex. A categoria discurso está na base da construção teórica destas escolas e se remetem a uma discussão que perpassa a linguística, em destaque Saussure (2006) e Wittgenstein (2009). Como já apontou Burity (2008), “[...] a partir de trabalhos como os de Ferdinand de Saussure, [...] esta disciplina [Linguística] constituiu um corpo de conhecimento no qual muito cedo o conceito de discurso aparece para dar conta de uma unidade significativa que vai além da frase.” (p.37) Cabe, então, uma breve retomada destes autores.

Ferdinand de Saussure é considerado o fundador da linguística tradicional. Sua obra referência, *Curso de Linguística Geral* (2006), publicada em 1915, não foi escrita por este, mas é uma reunião de anotações de aula de seus alunos durante três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra entre 1907-1911 (Saussure, p.01, 2006). As notas, organizadas por Charles Bally e Albert Sechehaye, são alvo de questionamento pelas diferenças apresentadas em relação ao manuscrito original. Conforme afirmam Alessandra Bez e Carla de Aquino (2011), “Saussure não foi um positivista, assim como não foi um estruturalista, mas o *Curso* foi publicado em um cenário positivista, do qual carrega algumas características e teve uma leitura estruturalista subsequente.” (p.6 – grifo das autoras). Uma das

características do positivismo supostamente presente no Curso de Linguística Geral (2006) seria justamente a forma como se define o objeto da linguística: a língua se assemelha ao fato social, como já havia definido Émile Durkheim (1983). Da mesma forma, ainda que o “estruturalismo” não fosse exatamente intencional na obra, a leitura estruturalista que se fez de Saussure influenciou autores de outras áreas, tal como Claude Lévi-Strauss (1985), que desejava a Antropologia tão científica quanto a linguística Saussuriana.

Polêmicas à parte, as reflexões atribuídas a Saussure ganharam notoriedade e elevaram-no a fundador da linguística por ser o primeiro a definir claramente o objeto da linguística e diferenciá-la das demais Ciências Humanas e da Filosofia. Saussure (2006) inicia essa construção diferenciando Linguagem e Língua.

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p.17).

Para o autor, a língua é o objeto como o objeto da Linguística, a língua faz a unidade, sistematicidade à linguagem. Enquanto sistema, a língua também difere-se da fala pois, para Saussure (2006), “a língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação [...]” (p. 22). A língua seria, portanto, um sistema social, enquanto que a fala teria um caráter mais individual, seria

[...] um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1° as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2 ° o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações.” (SAUSSURE, 2006, p.22)

Apesar de não ser o único sistema de signos que exprimem ideias criado pelos seres humanos, para Saussure (2006), a língua é o principal. A língua, assim, objeto da linguística saussuriana, “[...] constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. (p.23)”. Ou seja, os signos linguísticos “[...] não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que tem sua sede no cérebro.” (p.23). O signo linguístico é assim “[...] uma entidade psíquica de duas faces” (p.80): a união do conceito com a imagem acústica deste, chamados no Curso de Linguística Geral

de significado e significante, respectivamente. Essa união é sempre arbitrária (assim como a relação do signo linguístico com o objeto no mundo), ou seja, a relação do significado com o significante (o signo linguístico) é sempre flutuante, e é a língua que estabiliza essas relações.

Sendo a língua, como definida por Saussure (2006), um sistema de signos, suas unidades só podem ser estudadas em termo de valor. Este valor, conforme destaca Alessandra Bez e Carla de Aquino (2011), “[...] não é o conceito, mas a significação do signo em sua totalidade no sistema. A propriedade do termo não se mantém fora do uso, ela se estabelece no dado, na relação, na diferença.” (p.09) Assim, o termo “mãe” faz sentido na medida em que estabelece uma relação com os outros termos, como “pai”, e “filho” e não podendo se confundir com nenhuma destes, ou seja, estabelecendo uma relação negativa com os mesmos. Resumindo, a língua é uma articulação de diferenças e o “valor” de cada elemento (podemos também pensar nesse “valor” em termos de “sentido” ou “identidade”) é definido pelo somatório das relações, a partir do sistema.

Considerar o sentido a partir dessa totalidade, dessa rede de relações negativa é um dos fundamentos principais do pensamento conhecido como estruturalista. E é justamente a base desse pensamento que é questionada a partir do Pós- Estruturalismo: critica-se a ligação entre significante e significado, o signo como o fundamento.

O filósofo da linguagem austríaco Ludwig Wittgenstein (2009) é parte importante da crítica ao signo linguístico. Considerado um dos maiores filósofos do século XX, Wittgenstein tem sua obra dividida em dois momentos: o primeiro e o segundo Wittgenstein. Seu primeiro momento vai do início do século XX até 1929 e tem como trabalho principal o livro Tratado Lógico-Filosófico da área de filosofia da linguagem, buscando estabelecer limites a esta, sendo influenciado pelo neopositivismo. Nos anos subsequentes a este período, ele se alista no exército austríaco durante a Primeira Guerra Mundial, leciona filosofia e exerce a profissão de jardineiro. Somente em 1929 Wittgenstein retorna à vida acadêmica, ingressando no doutorado em Cambridge e iniciando seu segundo momento. Este segundo momento tem como central seu livro Investigações Filosóficas (2009), publicado apenas em 1953, após sua morte. (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2014)

No livro *Investigação Filosóficas*, Wittgenstein (2009) critica seu trabalho anterior e a filosofia da linguagem tal como era praticada. Ele realiza uma analogia da linguagem como um jogo de xadrez, indicando que ela é constituída por regras, assim como os sentidos. O aspecto principal do livro é a crítica ao signo linguístico (que remete uma separação entre língua e fala e assim exclui o contexto da enunciação da relação de sentido) e a defesa de que o significado de uma palavra pode ser vinculado ao seu uso em determinado contexto. Nas palavras de Wittgenstein (2009), “Para uma *grande* classe de casos – mesmo que não para todos – de utilização da palavra ‘significado’, pode-se explicar esta palavra do seguinte modo: O significado de uma palavra é seu uso na linguagem.” (p.38)

Retomar Saussure (2006) e Wittgenstein (2009) é relevante para se entender a qual debate a categoria discurso se remete e assim compreender melhor como ele é trabalhado pela ADF quanto pela Teoria do Discurso da Escola de Essex.

Para a Análise do Discurso Francesa, o discurso não é um objeto empírico, mas uma construção efetuada a partir dos enunciados (escritos, orais, visuais). Diferenciando-se do esquema elementar de comunicação em que existem um emissor, que emite uma mensagem para um receptor a partir de um código, o qual se refere a um objeto da realidade, para a Análise do Discurso não existe essa linearidade na comunicação, não existe uma separação estanque entre emissor e receptor, não se trata da mensagem, mas de pensar o discurso, que seria, então, o efeito de sentidos entre locutores.

“[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. [...] As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é o efeito de sentido entre locutores.” (ORLANDI, 2013, p.21)

O sujeito, ao enunciar, se constrói a partir de discursos que atravessam sua enunciação. A coerência e coesão da enunciação dependem desse processo discursivo que a possibilitam.

Em resumo, não há a língua com suas regras de um lado provendo as condições para a formulação de um enunciado e de outro o discurso que atravessa fazendo sentido. O começo de tudo isso – a diferença entre som

articulado e não articulado, fala e não fala, sujeito e não sujeito – é o próprio discurso. ( SOUZA, 2011, p.42)

A ADF, ao contrário da linguística tradicional, considera que o sentido não é uma propriedade literal das coisas, mas um efeito de linguagem. Conforme nos diz Eni Orlandi (2013, p.51), “[...] o sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto”. Contudo, para a AD, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 30).

Isso indica que os sentidos do discurso podem ser múltiplos e muito diferentes dos que o pretendido pelo seu sujeito emissor do enunciado. Porém, se os sentidos podem ser vários, eles não podem ser qualquer um, isso porque

[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2013, p. 32).

Para a AD de linha francesa, todo dizer é determinado tanto pelo interdiscurso (o que já foi dito, a memória discursiva) como pelo intradiscurso (a formulação, a enunciação). O interdiscurso, forma de se referir à memória discursiva na AD, é como nos diz Michel Pêcheux,

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos - transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Ou, conforme afirma Orlandi (1999, p.64), a memória ou interdiscurso é “[...] o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”. Apesar disso, a memória discursiva é afetada pelo esquecimento, e assim o sujeito acredita ser suas as palavras que fala e ser ele quem controla o sentido do que diz.

Mas a memória discursiva é um dos mecanismos de funcionamento do discurso. Existem também as “relações de sentido” (paráfrase e polissemia); o mecanismo de antecipação, em que “todo sujeito tem a capacidade de experimentar,

ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (ORLANDI, 2013, p.39); e a relação de forças, que indica que o lugar de onde o sujeito fala é parte de sua constituição, numa referência à Wittgenstein (2009).

Todos esses mecanismos de funcionamento do discurso atuam a partir das “formações imaginárias”. Estas são imagens dos sujeitos, são “projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” (ORLANDI, 2006, p.40). O que significa dentro do discurso não é o indivíduo empírico, mas a sua posição enquanto sujeito; não é a situação empírica, mas a posição discursiva. Assim, as condições de produção implicam o dizer relacionado as posições de discurso ou a posicionamentos de produção do sujeito e do sentido.

A paráfrase e a polissemia são conhecidas no Brasil a partir dos trabalhos de Eni Orlandi. Elas indicam a tensão de todo discurso, sempre marcado entre a repetição, a memória discursiva, a paráfrase, e a ruptura, o deslocamento, a polissemia, a emergência de outro sentido. Ou seja, a paráfrase e a polissemia são maneiras de produzir sentidos que, por sua vez, estão inscritas na história e na língua.

Na medida em que as relações de sentido e de força ganham regularidades, elas se constituem enquanto formações discursivas. Esta definição se aproxima da elaborada por Foucault (1996), mas também se afasta da mesma na medida em que a posição do sujeito e o que ele diz é constituído pela formação ideológica. Ou seja, a formação discursiva não é apenas uma regularidade na dispersão, mas é, de acordo com Pedro Souza (2011), a posição ideológica com a qual certo vocabulário indica o processo de formação de discurso de que faz parte, ou precisamente o mecanismo de efeitos de sentido que funciona nele.

O conceito de discurso da Teoria do Discurso da Escola de Essex começa a se desenhar a partir da obra Hegemonia e Estratégia Socialista (2006) quando Laclau e Mouffe introduzem seu conceito de discurso.

Nuestro análisis rechaza la distinción entre prácticas discursivas y no discursivas y afirma: a) que todo objeto se constituye como objeto de discurso, en la medida en que ningún objeto se da al margen de toda superficie discursiva de emergencia; b) que toda distinción entre los que usualmente se denominan aspectos lingüísticos y prácticos (de acción) de una práctica social, o bien son distinciones incorrectas, o bien deben tener lugar como diferenciaciones internas a la producción social de sentido, que

se estructura bajo la forma de totalidades discursivas. (LACLAU; MOUFFE, 2006, p 144-145)

O termo discurso é usado numa primeira aproximação, para destacar “o fato de que toda configuração social é significativa” (LACLAU; MOUFFE, 1993, p.114). Ou seja, que o sentido dos eventos sociais não está dado em sua pura ocorrência, em sua positividade, ou ainda que o sentido dos objetos do mundo físico não lhes é inerente. (BURITY, 1997, p. 5).

No artigo “Posmarxismo sin pedido de disculpas” (1993), Laclau e Mouffe respondem algumas críticas que receberam e abordam mais demoradamente o que eles entendem por discurso, buscando esclarecer equívocos interpretativos que alguns de seus críticos, especificamente Norman Geras.

De acordo com Laclau e Mouffe (1993, p.117), as críticas realizadas por Norman Geras em relação à sua concepção de discurso poderiam ser sintetizadas em quatro pontos: 1- a diferença entre discursivo e extradiscursivo coincidiria com a de fala, escrita e pensamento com a realidade externa; 2- afirmar o caráter discursivo de um objeto significa negar a existência da entidade que designada pelo objeto discursivo; 3- negar a existência de pontos de referência extradiscursivos é cair no relativismo; 4 - afirmar o caráter discursivo de todos os objetos é cair no idealismo.

Laclau e Mouffe (1993) afirmam que o discurso não é simplesmente fala, escrita e pensamento, mas que este, enquanto totalidade, inclui dentro de si tanto o linguístico como o extralinguístico. O “extradiscursivo” é o caos que não pode ser apreendido pela mente humana. Dessa forma, o “ente” dos objetos só poderia ser compreensível a partir da sua articulação dentro de uma totalidade discursiva, que o transforma em “ser”. Ou seja, não é que o objeto não tenha uma existência nada “fora” do discurso, mas que esta existência só é compreensível na medida em que ela é significada pela totalidade discursiva (o que é uma posição realista e não idealista). Esse excesso de sentido, que determina o caráter discursivo de todo objeto seria o “campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2006). Assim, o espaço social seria discursivo na medida em que toda configuração social é também significativa.

Na medida em que o relativismo, de acordo com Laclau e Mouffe (1993), seria uma discussão acerca do “ser” dos objetos, uma posição relativista advogaria

que o “ser” seria ou inacessível ou indiferente. Contudo, a partir da concepção do social como discursivo, o que se tem é que o “ser” dos objetos se constituem dentro de uma configuração discursiva. O discurso, para Laclau e Mouffe, seria um horizonte teórico.

Cabe ainda mencionar a relação entre o discurso e a posição realista/idealista. De acordo com os idealistas gregos, a forma é a universalidade conceitual e a matéria é o individual e irracional. Laclau e Mouffe (1993) chamam a atenção de que Marx, considerado como um filósofo materialista, não teria saído completamente do idealismo hegeliano pois Marx acreditava, tal qual Hegel, que existe uma lei final do movimento da história e que esta poderia ser apreendida. Ou seja, o real seria uma forma, um conceito universal.

Laclau e Mouffe (1993) afirmam seria necessário aprofundar o “materialismo”, que se inicia em Marx, de modo a abandonar o idealismo. Para isso é necessário apontar para o caráter histórico, contingente e construído do “ser”, o que é realizado a partir da categoria de Discurso. Assim, Daniel de Mendonça (2014) faz uma síntese do que seria discurso para Laclau e Mouffe, reafirmando a materialidade do mesmo: “Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas.” (p. 149)

Cabe ainda mencionar a relação entre discurso e algumas categorias de da Teoria do Discurso e da Teoria da Hegemonia da Escola de Essex. Em Hegemonia (2006) Laclau e Mouffe enfocam a relação do Discurso com a o conceito de prática articulatória. Considerando que a articulação é uma prática que estabelece relação entre elementos e que, ao fazer isso, transforma suas identidades (LACLAU; MOUFFE, 2006), o discurso seria uma “totalidade estruturada resultante da prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2006) ou uma prática articulatória que constitui as relações sociais. Daniel de Mendonça (2014) destaca a relação entre o fundamento político, hegemonia e discurso:

Todo fundamento político estrutura-se discursivamente quando se hegemoniza, ou seja, quando determinada posição política particular passa a representar os mais variados setores da sociedade. Assim, a hegemonia é

o momento da decisão política, da sedimentação de determinado discurso. (MENDONÇA, 2014, p.138)

Por sua vez, um “conjunto de discursos articulados hegemonicamente por uma particularidade” (BURITY, 2008, p.44) seria uma formação discursiva, se aproximando também da conceituação original de Michel Foucault (1996), “unidade na dispersão”, no sentido de um sistema de regras de produção de sentidos. Nas palavras de Burity (2008),

[...] Uma formação discursiva não é uma espécie de coleção amorfa de discursos. Ela possui uma ordem, ela é uma orientação, um sentido, e agora não em termos de significado, mas de direção para estes acontecimentos. Trata-se de um campo de práticas. Mas a ordem que produz não se define pela distribuição homogênea e ubíqua de traços e características comuns. Como diz Foucault, trata-se de antes de uma regularidade na dispersão: o discurso define regras de produção de sentido que permitem um número indefinido (embora finito) de enunciados e ações. (BURITY, 2008, p. 42-43)

Por fim, Laclau e Mouffe (2006) também realizam uma crítica a noção de sujeito imanente relacionando a noção de sujeito com o conceito de discurso:

Respecto a esta alternativa y a sus diversos elementos constitutivos, nuestra posición es inequívoca. Siempre que en este texto utilicemos la categoría de “sujeto”, lo haremos en el sentido de “posiciones de sujeto” en el interior de una estructura discursiva. Por tanto, los sujetos no pueden ser el origen de las relaciones sociales, ni siquiera en el sentido limitado de estar dotados de facultades que posibiliten una experiencia, ya que toda “experiencia” depende de condiciones discursivas de posibilidad precisas.” (LACLAU; MOUFFE, 2006, p 156)

Apesar do uso do termo “posição de sujeito”, este também criticado por Laclau e Mouffe (2006):

Todo esto nos hace ver que la especificidad de la categoría de sujeto no puede establecerse ni a través de la absolutización de una dispersión de “posiciones de sujeto”, ni a través de la unificación igualmente absolutista en torno a un “sujeto trascendental”. La categoría de sujeto está penetrada por el mismo carácter polisémico, ambíguo e incompleto que la sobredeterminación acuerda a toda identidad discursiva. (LACLAU; MOUFFE, 2006, 163-164)

#### 4. Considerações Finais

Este artigo buscou realizar um esboço inicial das proximidades e afastamentos entre a concepção de discurso da Análise do Discurso Francesa e a Teoria do Discurso de Essex. Muito ainda teria a ser dito e aprofundado sobre o tema, o qual, de forma alguma, se encerra aqui. De maneira geral, percebeu-se que, apesar de se constituírem em disciplinas diferentes, as escolas possuem várias similaridades em suas abordagens.

A Escola de Essex e a Análise de Discurso Francesa tem um forte caráter transdisciplinar, mobilizam Filosofia, Linguística, Teoria Social Marxista, Psicanálise e, talvez por isso, são teorias densas e difícil de se apreender: para se iniciar dentro de ambas, é preciso tentar tornar-se também transdisciplinar.

Suas fundações indicaram que, apesar de seus diferentes contextos de emergência e de perguntas que seus idealizadores realizaram, ambas realizaram um esforço semelhante: a Escola de Essex surge como um esforço de se pensar a tradição Marxista dentro da contemporaneidade, incorporando críticas e abordagens de outras áreas, tais como Linguística, Psicanálise, criticando o essencialismo e objetivismo; e a Análise de Discurso Francesa, de forma semelhante, narra sua fundação a partir do diálogo entre Linguística, História e Psicanálise, criticando a noção de transparência da linguagem, (re)inscrevendo os sujeitos na história e considerando-os a partir da sua constituição ideológica. Assim, se a Escola de Essex promove uma emergência de um novo dentro da tradição marxista, a ADF promove a emergência de um novo dentro da tradição da linguística.

Ambas as escolas aqui trabalhadas apresentam uma crítica ao Signo Linguístico Saussuriano (2006) indo ao encontro de Wittgenstein (2009) e afirmando que a posição do sujeito altera o sentido do que ele fala. “El signo es el nombre de una escisión, de una imposible sutura entre significante y significado” (LACLAU; MOUFFE, 2006, p.153) Esta crítica ao signo linguístico saussuriano também aparece na Análise do Discurso Francesa quando esta menciona que o discurso é um efeito de sentido entre locutores e estes sentidos dependem das condições de produção, das posições dos sujeitos nas formações imaginárias.

Isto leva a definição de Discurso para a ADF como “efeito de sentido entre locutores” enquanto que para a Teoria do Discurso de Essex conceitua o discurso enquanto totalidade estruturada resultado de uma prática articulatória, ou sistema de relações que permitem o sentido e o “ser” dos objetos. Ambas as teorias, a partir de seu enfoque próprio, destacam o caráter construído dos sentidos a partir das regularidades e regras das formações discursivas, se remetendo a Michel Foucault (1996) e se inscrevendo dentro do pós-fundacionismo (a impossibilidade de um fundamento final, “em última instância”).

A crítica a evidência do sujeito e de que este seria a origem do discurso presente em Pêcheux (1996) vai ao encontro da crítica ao essencialismo promovida por Laclau e Mouffe (2006), o qual inclui a categoria sujeito. Mas, se Pêcheux e a Análise do Discurso Francesa aceitam as “posições sujeito”, Laclau e Mouffe (2006) aceitam o termo na medida em que também o criticam, afirmando que não se pode perder-se na dispersão de posições sujeito.

Assim, a partir das considerações apresentadas acerca da Análise do Discurso Francesa e da Teoria do Discurso da Escola de Essex, percebe-se que articulações entre ambas não seria impossível, visto que elas dialogam com autores comuns a ambas e incorporam algumas críticas semelhantes em relação à análise do social, fazendo uma crítica ao fundamento último e incorporando a categoria Discurso. Contudo, esta “articulação” demanda uma razoável esforço de estudo destes dois vastos campos de conhecimento. Este artigo buscou elaborar um breve esboço para uma contribuição neste sentido.

## 5. Referências

BEZ, Alessandra; AQUINO, Carla de. Saussure e o Estruturalismo: retomando alguns pontos fundamentais da teoria saussuriana. In **Cadernos do IL**. Porto Alegre, n.º 42, junho de 2011. p. 5-17.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. **Política e**

**contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997, p. 29-74. Disponível em: [bibliotecavirtual.clacso.org.ar](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar).

\_\_\_\_\_. Discurso Política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; PEIXOTO RODRIGUES, Léo. **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. In **Alfa**, São Paulo, v.39, p. 13-21, 1995.

LACLAU, Ernesto. Prefácio a la edición inglesa”. In: LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 11-20.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estrategia Socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

\_\_\_\_\_. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución em nuestro tempo*. Buenos Aires: **Nueva Visión**, 1993, p. 111-145.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em linguística e em antropologia. In **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do Discurso: um campo de reformulações. In **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. Nilton Milanez e Janaina de Jesus Santos (org.). São Carlos : Claraluz, 2009. E-Book

MENDONÇA, Daniel. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. In: **Lua Nova**, São Paulo, 91: 135 – 167, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In **Estudos da Língua(gem)**, n.1 (Jun, 2005). Vitória da Conquista (BA): Edições Uesb, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. O Mecanismo do (Des)Conhecimento Ideológico. In ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da Memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas, SP : Pontes, 1999. p.49-57.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Pedro de. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

STANFORD UNIVERSITY. Ludwig Wittgenstein. In **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Estados Unidos, 2014. Disponível em: <http://plato.stanford.edu>.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

## RESUMO

O presente artigo é esboço de ensaio teórico que visa refletir acerca possíveis aproximações e distanciamentos entre a Teoria do Discurso da Escola de Essex - proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical de 1985* - e a Análise do Discurso de linha Francesa - tem como referência o autor francês Michel Pêcheux (1996;1999) e, no Brasil, a linguista Eni Orlandi (2005; 2013). A partir da compreensão e comparação das respectivas bases epistemológicas e filiações teóricas, tais como Ferdinand de Saussure (2006), Ludwig Wittgenstein (2009) entre outros autores, busca-se compreender especificamente como ambas teorias abordam a categoria Discurso; algumas das possíveis articulações teóricas entre estas abordagens.

Palavras-chave: Teoria do Discurso da Escola de Essex; Análise do Discurso Francesa; Discurso.

## **ABSTRACT**

This article aims to be a draft of a theoretical essay that seeks to reflect on possible similarities and differences between the Discourse Theory of the Essex School - proposed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe in the work *Hegemony and Socialist Strategy: a radical democratic politics of 1985 -*, and the French Discourse Analysis, discussed by the French author Michel Pêcheux (1996; 1999) and in Brazil, the linguist Eni Orlandi (2005; 2013). From the understanding and comparison of their epistemological foundations and theoretical affiliations, such as Ferdinand Sausurre (2006), Ludwig Wittgenstein (2009) among others, this article seeks to understand how both theories address the category of Discourse and to think of possible theoretical articulations between these approaches.

Keywords: Discourse Theory of Essex School; French Discourse Analysis ; Discourse.